

FONTE : GM

CLASS. : Amaz./Incentivos
Fiscain

DATA : 7 11 89

PG. : 6

09

MEIO AMBIENTE

Para Mueller, ocupação da Amazônia só é viável através de incentivos

por Wanda Jorge de Campinas

Além do desastre ecológico que pode significar a ocupação indiscriminada da Amazônia, os dados econômicos recolhidos das últimas décadas de exploração mostram o erro econômico que se cometeu até agora. Da área total formada pela Amazônia Legal, de 450 milhões de hectares — onde se incluem, além da região Norte, um pedaço do Tocantins e a maior parte de Mato Grosso —, os projetos incentivados pelo governo a partir de 1966 até 1985 somavam 9,5 milhões de hectares.

Apenas uma pequena parcela foi implantada e se comprovou que no Brasil a agricultura só é viável economicamente até 200 quilômetros acima de Cuiabá. "A partir daí, só com subsídio ela se viabiliza", diz Charles Mueller, presidente do IBGE, que participou do seminário sobre o assunto, ontem, em Campinas. Para ele, o processo de evolução da fronteira agrícola sobre a Amazônia deve ser focado sob quatro aspectos: a agricultura comercial, estimulada por políticas públicas; as frentes camponesas de subsistências, expulsas do Sul e do Nordeste; a especulação, com base na ocupação subsidiada; e a atividade extrativa.

Manuela Carneiro da Cunha, antropóloga da USP, diz que quando se iniciaram os incentivos à agropecuária na Amazônia, em 1966, foram aprovados 766 projetos. Destes, apenas 115, ou seja, 15%, foram implantados. O restante, 63 (ou 8%), foi cancelado e 33 (4%) sequer se iniciaram.

A partir de 1980, a antropóloga afirma que acelerou o processo de especulação nas áreas desses projetos e aumentou a indução ao desmatamento. Segundo a avaliação econômica realizada na região, Manuela Cunha afirma que o extrativismo, que não tem custo de recuperação de solo e permite exploração contínua por 15 anos, mostrou que é mais lucrativo em cinco vezes em relação à agricultura e quinze vezes se comparado à pecuária.

Há consenso, no entanto, que a floresta amazônica não pode tornar-se uma região intocada do planeta, como diz Bertha Becker, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela ressalta, porém, que não se pode abandonar as tecnologias da atualidade ao mesmo tempo que se estabelece a melhor forma de ocupação.



José Goldemberg

A preparação dos presidenciais

por Wanda Jorge de Campinas

Os candidatos à Presidência da República deveriam preparar-se melhor para tratar da questão da Amazônia, pois certamente lhes será cobrada uma posição nesta área quando forem tratar de dívida externa e apoios internacionais futuros. É o que aconselha o reitor da Universidade de São Paulo, José Goldemberg, que presidiu a abertura do seminário, ontem, "Amazônia e a Ecologia", que se realiza até quarta-feira na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Em sua opinião, o programa dos candidatos é muito vago quando se trata da Amazônia. "Não há dúvida que qualquer apoio externo vai estar vinculado a uma ocupação inteligente da área", diz o reitor.

Nas discussões acadêmicas, Goldemberg diz que há consenso de que as terras amazônicas não se prestam à agricultura nem à pecuária.

"Exploração intensiva não combina com a Amazônia", diz Goldemberg, acrescentando que 75% da região precisa ser mantida, só podendo haver atividades extrativas não predatórias. O restante terá que ser bem escolhido para uso agrícola, mas não existe um mapeamento ecológico-econômico realizado na Amazônia, diz.

Para Goldemberg, rejeitar auxílios estrangeiros para coordenar a ocupação da Amazônia é uma "atitude patrioteira e irracional". Em sua opinião, a preocupação com a defesa da Amazônia é legítima, seja estrangeira ou vinda de organismos nacionais.